

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

N.º 16
DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS NO MERCADO DE
TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012-24: UMA ANÁLISE
DE DECOMPOSIÇÃO POR NÍVEIS DE EDUCAÇÃO

Raul Luís Assumpção Bastos

DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO DO
RIO GRANDE DO SUL, 2012-24: UMA ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO
POR NÍVEIS DE EDUCAÇÃO

Raul Luís Assumpção Bastos

Porto Alegre
Dezembro de 2025



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Subsecretária: Carolina Mór Scarparo

Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Diretor Adjunto: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise de Políticas Sociais: Mariana Lisboa Pessoa

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Divisão de Dados e Indicadores: Fernando Ioannides Lopes da Cruz

Divisão de Estudos de Atividades Produtivas: Sérgio Leusin Jr.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação seriada cujo objetivo é divulgar os estudos e as pesquisas em desenvolvimento no Departamento de Economia e Estatística, com vistas a fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e à avaliação de políticas públicas.

Textos para Discussão DEE/SPGG / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística. – Porto Alegre :
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020- .

1. Condições econômicas – Rio Grande do Sul. 2. Economia – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 338.1(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Departamento de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<https://dee.rs.gov.br/textos-discussao>

Revisão técnica: César Stallbaum Conceição e Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa e editoração: Susana Kerschner

Projeto gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO:

BASTOS, R. L. A. **Desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, 2012-24**: uma análise de decomposição por níveis de educação. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística, 2025. (Textos para Discussão, n. 16).

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão/Departamento de Economia e Estatística (SPGG/DEE)
Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar, Porto Alegre, RS — CEP 90119-900

DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012-24: UMA ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO POR NÍVEIS DE EDUCAÇÃO*

Raul Luís Assumpção Bastos**

Resumo

Este estudo, elaborado com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem o objetivo de analisar a desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul (RS), no período 2012-24, dando ênfase à investigação da importância dos níveis de educação como um de seus determinantes. No que diz respeito às tendências básicas da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS, o coeficiente de Gini do rendimento-hora real dos ocupados estava em seu nível máximo em 2014 e no mínimo em 2022. Tomando-se o primeiro e o último ano da série temporal, essa medida sumária de desigualdade evidenciou queda no RS, de 0,4731 para 0,4541. Para avançar no conhecimento da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS, o estudo vale-se de outra medida sumária, o Desvio Médio Logarítmico (MLD), escolha motivada pela propriedade de esse indicador poder ser decomposto de forma aditiva. Para o total de ocupados, na comparação de 2012 com 2024, a decomposição do MLD por níveis de educação revelou intensidade de redução levemente superior do componente intergrupos em comparação ao intragrupos, sendo o primeiro o que apreende a importância quantitativa dos níveis de educação na determinação da desigualdade. Com isso, a parcela relativa do componente intergrupos na desigualdade de rendimentos do RS passou de 28,2% em 2012 para 28,0% em 2024. Entre os trabalhadores formais, a redução da desigualdade de rendimentos foi determinada, principalmente, pelo componente intergrupos na decomposição do MLD por níveis de educação, enquanto, entre os informais, isso se deu via componente intragrupos. No recorte por sexo dos ocupados, entre as mulheres, a queda da desigualdade de rendimentos sob a ótica da decomposição do MLD por níveis de educação foi provocada, sobretudo, pelo componente intergrupos, ao passo que, entre os homens, a intensidade da queda de ambos os componentes da decomposição foi bastante próxima.

Palavras-chave: desigualdade de rendimentos dos ocupados; medidas sumárias de desigualdade; decomposição da desigualdade; níveis de educação

Abstract

This study analyzes earnings inequality in the labor market of Rio Grande do Sul (RS), in southern Brazil, over the period 2012–2024, with an emphasis on assessing the role of education levels as one of its determinants.

* Versão atualizada do texto originalmente divulgado em novembro de 2025. A nova versão do trabalho foi elaborada com a base de dados reponderada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a qual tem como referência para cálculo dos pesos as estimativas populacionais do Censo Demográfico 2022.

O autor agradece as críticas e as sugestões a uma versão preliminar do texto feitas por César Stallbaum Conceição e Martinho Roberto Lazzari. Erros e omissões por acaso remanescentes no trabalho são de inteira responsabilidade do autor.

** Economista da Divisão de Análise Econômica, que integra o Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

E-mail: raul-bastos@spgg.rs.gov

The analysis uses data from the Continuous National Household Sample Survey (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, PNADC), conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Regarding the main trends in earnings inequality in the RS labor market, the Gini coefficient of real hourly earnings among employed persons reached its highest level in 2014 and its lowest in 2022. Comparing the first and last years of the time series, this summary measure of inequality declined from 0.4731 to 0.4541 in RS. To deepen the understanding of earnings inequality in RS, the study also employs another summary measure, the Mean Logarithmic Deviation (MLD), chosen because it can be decomposed additively. For the total employed population, when comparing 2012 and 2024, the MLD decomposition by education levels revealed a slightly higher degree of reduction in the between-group component than in the within-group component, with the former capturing the quantitative importance of education levels in explaining inequality. As a result, the relative share of the between-group component in earnings inequality in RS went from 28.2% in 2012 to 28.0% in 2024. Among formal workers, the reduction in earnings inequality was mainly caused by the between-group component in the MLD decomposition by education levels, whereas among informal workers, it was primarily due to the within-group component. In the disaggregation by sex of employed persons, among women the reduction in earnings inequality from the perspective of the MLD decomposition by education levels was mainly determined by the between-group component, while among men, the intensity of the decline in both components of the decomposition was quite similar.

Keywords: earnings inequality; summary measures of inequality; earnings inequality decomposition; education levels

Classificação JEL: J01, J31

1 Introdução

Este estudo, elaborado com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem o objetivo de analisar a desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul (RS), no período 2012-24. Uma das motivações que o suscitaram foi a possibilidade de desenvolver uma perspectiva de análise estrutural sobre a evolução da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho RS, sendo esta propiciada pela disponibilidade de indicadores de séries temporais cuja cobertura se estende por mais de uma década.

O texto analisa a desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS, dando ênfase às mudanças na composição dos ocupados por níveis de educação. Nesse sentido, como está inserido em uma tendência de avanço na escolarização da população do país e do estado (Menezes-Filho; Kirschbaum, 2015; Jaume, 2018; IBGE, 2024; Oliveira, 2025), a motivação original que orientou o estudo foi a de procurar conhecer a influência desse processo sobre a desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho. Ilustrando brevemente a referida tendência, segundo dados da PNAD Contínua, no RS, os ocupados com nível de educação superior incompleto e com superior completo aumentaram a sua parcela relativa no contingente total de ocupados de 21,7% em 2012 para 31,1% em 2024 (IBGE, 2025a).

O trabalho inscreve-se na vertente metodológica que estuda a desigualdade de rendimentos com medidas sumárias (Bourguignon, 1979; Shorrocks, 1980; Mookherjee; Shorrocks, 1982; Anand, 1983; Cowell, 2011; Hoffmann; Botassio; Jesus, 2019). Assim, serão utilizadas medidas sumárias para analisar a evolução da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS e para decompô-la por níveis de educação. Pretende-se, com isso, contribuir para o avanço no conhecimento da desigualdade de rendimentos e da importância quantitativa desse atributo sociodemográfico na sua determinação.

Quando se decompõe com medidas sumárias a desigualdade de rendimentos por níveis de educação, torna-se possível dimensionar a importância quantitativa desse atributo sociodemográfico na determinação da desigualdade total. Ratificando essa compreensão, Reis e Paes de Barros (1990) mostraram que, na decomposição por níveis de educação do L de Theil, o componente intergrupos correspondia, na média de nove regiões metropolitanas do país, a mais de 40,0% da desigualdade salarial, não havendo uma tendência de queda desse indicador no período 1976-86. Isso quer dizer que a eliminação das diferenças salariais entre os níveis de educação poderia provocar uma queda na desigualdade salarial de cerca de 40,0%. Valendo-se da mesma medida sumária, Bastos (2020) decompôs, por níveis de educação, a desigualdade de rendimentos dos empregados no RS e obteve evidências de que o componente intergrupos aumentou a sua parcela relativa na desigualdade total, de 41,1% em 2012 para 48,0% em 2019.

Além de decompor a desigualdade de rendimentos por níveis de educação no RS para o contingente total de ocupados, o estudo ainda o fez para as categorias de trabalhadores formais e informais e para homens e mulheres em separado. A incorporação do recorte por categorias dá conta de uma característica estrutural do mercado de trabalho latino-americano, que é a informalidade (ILO, 2016, 2018; Tokman, 2004; Ulysea, 2005), enquanto o recorte por sexo traz consigo uma referência permanente de geração de desigualdades no mercado de trabalho (Blau; Kahn, 2008; Gregory, 2009). Assim, o propósito é o de explorar, na decomposição da desigualdade de rendimentos por níveis de educação, possíveis diferenças existentes entre os ocupados das categorias de trabalhadores formais e informais e entre homens e mulheres.

Em termos contextuais, a *performance* econômica do RS no período de cobertura deste trabalho alternou períodos de crescimento — sete anos — com períodos de retração econômica — seis anos (Rio Grande do Sul, 2025). A maior contração econômica do estado no período foi verificada em 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, -7,3%, seguida da maior recuperação, em 2021, 9,3%. Para o período como um todo, a taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do RS foi modesta, 0,9%, e levemente inferior à verificada no âmbito nacional, de 1,0% (IBGE, 2025c).

Diante do exposto, as questões que motivaram a elaboração do trabalho podem ser assim elencadas: (a) quais foram as principais tendências da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS, no período 2012-24? (b) Elas foram semelhantes às verificadas no âmbito do país? (c) Com o processo de avanço na escolarização dos ocupados, a decomposição da desigualdade de rendimentos por níveis de educação revela mudanças na importância quantitativa desse atributo sociodemográfico na determinação da desigualdade total? (d) A esse respeito, quais foram as principais diferenças encontradas entre ocupados formais e informais e entre homens e mulheres?

Com base nas motivações e nas questões elencadas, o texto foi assim organizado: após esta introdução, na seção 2, reúnem-se evidências de estudos selecionados que decompuseram com medidas sumárias a desigualdade de rendimentos por níveis de educação; na seção 3, contemplam-se as tendências básicas da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS, no período 2012-24, comparando-as com as do país; na seção 4, dividida em duas partes, apresentam-se, na subseção 4.1, a medida sumária adotada no estudo para decompor a desigualdade de rendimentos e, na subseção 4.2, sua aplicação à análise da desigualdade de rendimentos do mercado de trabalho do RS por níveis de educação, no período 2012-24; e, nas considerações finais, faz-se um sumário das principais evidências proporcionadas pelo estudo.

2 Aspectos de estudos selecionados sobre educação e desigualdade de rendimentos

Nesta seção, apresenta-se uma síntese das evidências de estudos alinhados com o objetivo de analisar a desigualdade de rendimentos por níveis de educação com medidas sumárias. O seu propósito é o de reunir

elementos que possam contribuir para o conhecimento desse tema no âmbito do estudo desenvolvido sobre desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul.

Muszyńska e Wędrowska (2023) analisaram a desigualdade de renda por níveis educacionais em 14 países da Europa¹, com dados de uma pesquisa conduzida pela Eurostat em 2018. As variáveis selecionadas para a sua elaboração foram a renda domiciliar disponível equalizada e o nível de educação dos chefes de domicílio. Os chefes de domicílio foram distribuídos em quatro grupos, conforme os seus níveis de educação: primário; secundário inferior; secundário superior e pós-secundário; e terciário.

O artigo analisou a desigualdade de renda nos países europeus com a medida Generalizada de Entropia (doravante, GE)², adotando diferentes valores para o parâmetro de sensibilidade α (Muszyńska; Wędrowska, 2023). Quanto mais elevado é esse parâmetro, maior importância quantitativa é dada à parte superior da distribuição na determinação da desigualdade da renda, e quanto menor, maior é a importância quantitativa da parte inferior da distribuição. Os resultados revelaram que a desigualdade de renda entre os países europeus se mostrou menor na Bélgica, tanto com base no Desvio Médio Logarítmico (MLD), 0,1075, quanto no índice T de Theil, 0,1108. Em posição oposta, encontram-se a Espanha, com o maior MLD, 0,1914, e a Alemanha, com o maior índice T de Theil, 0,1900.

A decomposição da desigualdade de renda por níveis educacionais evidencia que o componente intergrupos das medidas GE, o qual apreende a importância quantitativa desse atributo sociodemográfico, em Portugal, correspondia a 25,49% do MLD e a 25,79% do índice T de Theil, constituindo-se, entre os 14 países europeus, nas maiores parcelas relativas da desigualdade total (Muszyńska; Wędrowska, 2023). Nesse sentido, a eliminação das diferenças de renda entre os níveis educacionais dos chefes de domicílio em Portugal permitiria reduzir a desigualdade em cerca de 25,0%. Por sua vez, o componente intergrupos representava 6,82% do MLD e 5,51% do índice T de Theil na Dinamarca, sendo ambos os menores patamares entre os 14 países europeus. Um padrão comum também identificado no estudo é o de que a desigualdade de renda nos países europeus era mais elevada nos domicílios em que os chefes possuíam um diploma universitário.

Em outro estudo, Muszyńska e Wędrowska (2022) analisaram a desigualdade de renda por grupos etários e níveis de educação na Polônia, em 2005 e 2019³. As autoras formularam a hipótese de que o aumento da parcela relativa de pessoas com maior escolaridade na população reduz o efeito das diferenças entre os níveis de educação sobre a desigualdade de renda. O trabalho adotou como unidade de análise a renda domiciliar disponível equalizada, enquanto os níveis de educação corresponderam a esse atributo entre os chefes de domicílio, distribuídos em três grupos, com baixo, médio e alto nível de educação.

Muszyńska e Wędrowska (2022) mostraram que o MLD da renda — o indicador sumário de desigualdade utilizado no estudo — diminuiu na Polônia, na comparação de 2005 com 2019, de 0,2319 para 0,1465. As evidências foram também de que, no período, esse indicador diminuiu para os três níveis de educação dos chefes de domicílio, por um lado; por outro, o MLD da renda mostrou-se mais elevado quanto maior foi o nível de educação desse grupo populacional. A decomposição do MLD da renda por níveis de educação na Polônia revelou que, na comparação de 2005 com 2019, tanto o componente intragrupos quanto o intergrupos diminuíram, mas o peso relativo desse último componente na desigualdade total manteve-se praticamente inalterado, em 15,8% e 16,0%. Esse resultado sugere a refutação da hipótese originalmente proposta no estudo

¹ Os países foram Áustria, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Suécia (Muszyńska; Wędrowska, 2023).

² No estudo de Muszyńska e Wędrowska (2023), a medida Generalizada de Entropia foi computada com diferentes valores para o parâmetro α . Todavia, aqui são relatados somente os resultados em que esse parâmetro é igual a 0 ou 1, que correspondem, respectivamente, ao Desvio Médio Logarítmico (MLD) — também denominado L de Theil — e ao índice T de Theil, que são mais frequentemente adotados nas pesquisas empíricas.

³ Como o objeto do trabalho ora desenvolvido é a desigualdade de rendimentos por níveis de instrução, a síntese aqui apresentada das evidências empíricas de Muszyńska e Wędrowska (2022) focaliza esse recorte de análise.

de perda da importância quantitativa das diferenças de renda entre os níveis de educação na determinação da desigualdade.

Reis e Paes de Barros (1990) analisaram a desigualdade salarial por níveis de educação em nove regiões metropolitanas (RMs) brasileiras⁴, no período 1976-86, dando ênfase à investigação de sua evolução temporal e às diferenças inter-regionais. A base de dados utilizada no estudo foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, e a unidade de análise foi o salário-hora de homens com jornadas de trabalho iguais ou superiores a 20 horas por semana. Os empregados foram alocados em cinco grupos, de acordo com o número completo de anos de estudo, quais sejam: zero, um a quatro anos, cinco a oito anos, nove a 11 anos, e mais de 11 anos.

A medida sumária de desigualdade adotada no estudo foi o L de Theil, sendo que a justificativa dessa escolha se deve a que ela tem a propriedade de poder ser decomposta de forma aditiva (Reis; Paes de Barros, 1990). O trabalho revela que houve um processo de redução da desigualdade salarial até 1981 e, posteriormente, uma reversão dessa tendência, somente interrompida em 1986, devido ao impacto dos efeitos provocados pelo Plano Cruzado sobre o mercado de trabalho. Os autores mostraram que a desigualdade salarial é bastante diversa entre as RMs, com níveis mais elevados na Região Nordeste e menos acentuados nas Regiões Sudeste e Sul do país. Nesse sentido, na média do período 1976-86, o L de Theil foi de 0,582 na Região Metropolitana de Fortaleza e de 0,421 na de São Paulo.

A decomposição do L de Theil por níveis de educação nas RMs revelou que o seu componente intergrupos — determinado pelos diferenciais de salários dos níveis de educação — representava mais de 40,0% da desigualdade salarial total (Reis; Paes de Barros, 1990). Assim, na média das nove RMs, o componente intergrupos do L de Theil foi de 0,248 em 1976, e o L de Theil total, 0,553 — ou seja, o componente intergrupos correspondia a 44,8% da desigualdade salarial total —; em 1986, esses indicadores eram de 0,230 e 0,524 — o componente intergrupos passou a representar 43,9% da desigualdade salarial total. Os autores também mostraram que o componente intergrupos do L de Theil era proporcionalmente maior nas RMs da Região Nordeste do país. Ilustrando essa afirmação, na RM de Fortaleza, na média do período 1976-86, o componente intergrupos do L de Theil foi de 0,302, 51,9% da desigualdade salarial total, enquanto, na RM de São Paulo, foi de 0,191, 45,4% da desigualdade salarial total.

Ramos e Vieira (2000) analisaram a desigualdade de rendimentos segundo diferentes recortes do mercado de trabalho brasileiro — idade, sexo, cor, níveis de educação, posição na ocupação, região geográfica e setor de atividade — no período de 1992 a 1997. Utilizando dados da PNAD do IBGE, os autores selecionaram uma amostra de indivíduos de 18 a 65 anos, que residiam em áreas urbanas e trabalhavam pelo menos 20 horas por semana. Com o propósito de decompor a desigualdade, a medida sumária adotada no estudo foi o índice T de Theil. O trabalho mostra que, no período posterior à implantação do Plano Real, ocorreu queda da desigualdade de rendimentos, com o índice T de Theil atingindo 0,586 em 1996, nível, todavia, ainda superior ao de 1992, 0,563. Ao final do período analisado, o indicador voltou a se elevar, para 0,595 em 1997.

De acordo com os resultados da decomposição do T de Theil, os níveis de educação contribuíram, isoladamente, para 27,7% da desigualdade de rendimentos total em 1992, 30,3% em 1995 e 29,5% em 1997, ou seja, não houve uma tendência de redução da importância quantitativa desse atributo na determinação da desigualdade no mercado de trabalho brasileiro (Ramos; Vieira, 2000). Quando considerados conjuntamente com os outros recortes de análise anteriormente elencados, os níveis de educação mantiveram-se, em ampla medida, como a característica de maior relevância quantitativa na determinação da desigualdade de rendimentos.

O artigo de Bastos (2021) analisou a evolução da desigualdade salarial na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) no período 1995-17, sendo sua base de dados a Pesquisa de Emprego e Desemprego na

⁴ As regiões metropolitanas brasileiras que fizeram parte do estudo foram Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre (Reis; Paes de Barros, 1990).

Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). O principal indicador de desigualdade adotado no estudo foi o MLD, e a sua unidade de medida, o salário-hora real. O trabalho contém evidências tanto sobre a evolução da desigualdade salarial total quanto por sexo e níveis de educação.

Esse estudo mostra que a desigualdade salarial total na RMPA atingiu o seu nível máximo no ano 2000, com o MLD de 0,3753, e o nível mínimo em 2017, cujo MLD foi de 0,1817 (Bastos, 2021). A desigualdade salarial evidenciou tendências semelhantes para ambos os sexos, com uma trajetória de queda após 2000. O segmento feminino registrou níveis de desigualdade superiores aos do masculino, embora a diferença desfavorável às mulheres tenha diminuído depois do ano 2000.

Bastos (2021) decompôs o MLD a partir de oito grupos de empregados, com cada um dos sexos sendo distribuído entre quatro níveis de educação: fundamental incompleto; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto; e superior completo. De acordo com as evidências do estudo, o componente intergrupos do MLD representava, na RMPA, em 1995, 41,1% do MLD total, e, em 2017, 48,0%. O aumento da parcela relativa desse componente na desigualdade salarial total foi causado pelo fato de que ele se reduziu menos intensamente, nessa referência comparativa, do que o componente intragrupos. Quanto ao componente intragrupos do MLD do salário-hora real, os dois grupos de empregados mais escolarizados — aqueles com médio completo e superior incompleto, e com superior completo — aumentaram as suas parcelas relativas no emprego de ambos os sexos e a sua contribuição à formação desse componente do MLD. Destaca-se ainda que, dentre os oito grupos de empregados, o único que não teve redução da desigualdade salarial, na comparação de 1995 com 2017, foi o de homens com nível de educação superior completo.

Em outro trabalho, Bastos (2020) analisou de forma exploratória a desigualdade de rendimentos dos empregados no Rio Grande do Sul, no período 2012 a 2019, com dados da PNAD Contínua do IBGE. A desigualdade de rendimentos foi analisada em termos agregados e por sexo, utilizando como unidade de medida o rendimento-hora real dos empregados. Também nesse trabalho, a escolha da medida sumária de desigualdade recaiu sobre o MLD, uma vez que havia o propósito de decompô-la por níveis de educação. Com esse propósito, os empregados foram distribuídos em seis níveis de instrução: fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; e superior completo.

O estudo mostra que houve uma tendência de redução da desigualdade de rendimentos dos empregados do RS no período, tendo o MLD total passado de 0,3130 em 2012 para 0,2812 em 2019 (Bastos, 2020). Tal tendência foi também verificada para os empregados de ambos os sexos: na mesma referência comparativa, o MLD dos homens passou de 0,3235 para 0,2897, e o das mulheres, de 0,2968 para 0,2698. Foi mostrado que a desigualdade de rendimentos dos empregados no RS, no período, foi sistematicamente mais elevada entre os homens, em comparação às mulheres, evidência distinta da encontrada por Bastos (2021) para a RMPA.

A decomposição do MLD por níveis de educação no RS revelou que o componente intergrupos representava 41,5% da desigualdade de rendimentos dos empregados em 2012, e manteve-se praticamente no mesmo patamar em 2019, 41,7% (Bastos, 2020). Isso quer dizer que, tudo o mais constante, caso fosse eliminado o diferencial de rendimento-hora médio real entre os níveis de educação dos empregados, a desigualdade de rendimentos seria reduzida em cerca de 41,0%. Na segmentação por sexo dos empregados, as evidências foram no sentido de que o componente intergrupos do MLD representa uma parcela relativa maior da desigualdade total entre as mulheres, em comparação aos homens: para as primeiras, o indicador situou-se em 49,1% em 2012 e 48,6% em 2019 e, para os últimos, em 43,1% e 42,3% respectivamente.

Bastos (2020) ainda mostrou que aumentou, no período, a contribuição do nível de educação superior completo à formação do componente intragrupos do MLD do rendimento-hora real dos empregados no RS, resultado que se encontrou tanto para os dados totais quanto para os desagregados por sexo. Esse resultado

foi, em parte, causado pelo aumento da parcela relativa de empregados com nível de educação superior completo no emprego total, por um lado, e, por outro, porque esse nível de educação detinha a maior desigualdade de rendimentos, que, na comparação de 2012 com 2019, praticamente não se reduziu.

Nesta seção, buscou-se fazer uma síntese das evidências de estudos que adotaram indicadores sumários para decompor a desigualdade por níveis de educação. Nos artigos sobre países europeus, o componente intergrupos da decomposição do MLD da renda por níveis de educação representava patamares bastante distintos da desigualdade total nas experiências nacionais, situando-se entre 25,0% em Portugal e 7,0% na Dinamarca (Muszyńska; Wędrowska, 2022, 2023).

Os artigos sumarizados que adotaram metodologias semelhantes para decompor a desigualdade de rendimentos por níveis de educação no mercado de trabalho do Brasil revelaram que o componente intergrupos teve uma importância quantitativa muito mais elevada na desigualdade total. Nesse sentido, o componente intergrupos do L de Theil do salário-hora, na média de nove RMs e do período 1976-86, foi superior à 40,0% da desigualdade total (Reis; Paes de Barros, 1990). Para o país como um todo, a decomposição do T de Theil dos rendimentos dos ocupados por níveis de educação mostrou que o componente intergrupos representava, isoladamente, 27,7% da desigualdade total em 1992 e 29,5% em 1997 (Ramos; Vieira, 2000). Outro estudo, sobre a RMPA no período 1995-2017, mostrou que, na decomposição do MLD do salário-hora real por níveis de educação, o componente intergrupos aumentou a sua parcela relativa na desigualdade total de 41,1% em 1995 para 48,0% em 2017 (Bastos, 2021). Finalmente, no texto sintetizado a respeito do RS, a decomposição do MLD do rendimento-hora real por níveis de educação evidenciou que a importância quantitativa do componente intergrupos se manteve estável, na comparação de 2012 e 2019, em cerca de 41,0% da desigualdade total.

3 Tendências básicas da evolução da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho⁵

Nesta seção, apresentam-se aspectos básicos da evolução da desigualdade de rendimentos dos ocupados no RS, em perspectiva comparada com a do país, no período 2012-24.

Como passo preliminar no exame do objeto desta seção, considera-se necessário esboçar a evolução do rendimento-hora médio real dos ocupados⁶, o qual se constitui na unidade de análise deste estudo. A trajetória desse indicador foi favorável até 2014, quando atingiu R\$ 19,99 no RS e R\$ 18,47 no âmbito nacional, níveis próximos aos verificados em 2020 (Gráfico 1). Todavia, em 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, a elevação do rendimento-hora médio real deveu-se a um efeito de composição, no sentido de que os ocupados com menores rendimentos foram mais negativamente atingidos pela recessão econômica, o que trouxe consigo o efeito estatístico que provocou o aumento do indicador sob análise (OIT, 2020, 2021; CEPAL, 2022; IBGE, 2021, 2025b). Em 2021, no caso do RS, e em 2021 e 2022, no país, o rendimento-hora médio real evidenciou um comportamento desfavorável em plena recuperação econômica, que, provavelmente, apreendeu um movimento de mudança na ocupação em sentido antagônico àquele verificado em 2020 — ou seja, houve aumento da parcela relativa de trabalhadores de rendimentos mais baixos na estrutura ocupacional, o que trouxe consigo a queda do rendimento-hora médio real (Bastos, 2022). Nos dois anos finais das séries temporais, o rendimento-hora médio real elevou-se, situando-se, em 2024, no nível máximo tanto no

⁵ Todos os indicadores das seções 3 e 4 deste trabalho, elaborados com os microdados da PNAD Contínua, foram processados pelo autor com o Software R (versão 4.5.0) e os pacotes PNADcIBGE (versão 0.7.5), *survey* (versão 4.4.2) e *convey* (versão 1.0.1). A respeito desses pacotes, ver Braga, Assunção e Hidalgo (2024), Lumley (2024) e Pessoa, Damico e Jacob (2024).

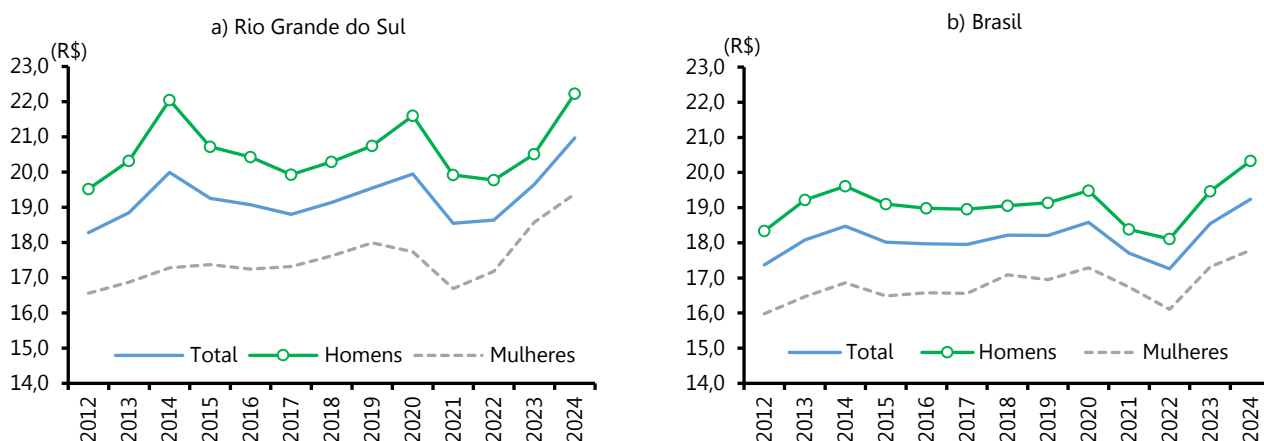
⁶ Ao longo das seções 3 e 4, utiliza-se como referência empírica o rendimento-hora real habitual do trabalho principal dos ocupados.

RS (R\$ 20,97) quanto no país (R\$ 19,24). Tomando-se o primeiro e o último ano do período sob análise, o rendimento-hora médio real registrou crescimento de 14,7% no RS e de 10,8% no âmbito nacional.

Quando se desagregam os ocupados por sexo, constata-se que a trajetória do rendimento-hora médio real de homens e mulheres foi semelhante no RS e no país, com uma divergência localizada no RS, no período de 2015 a 2017, quando o indicador evidenciou um processo de queda entre os homens, o qual não se observou entre as mulheres (Gráfico 1). Ao final do período, o rendimento-hora médio real de ambos os sexos, no RS e no país, encontrava-se no nível máximo das respectivas séries temporais. Cotejando-se os anos de 2012 e 2024, o indicador evidenciou crescimento de 13,9% entre os homens e de 17,0% entre as mulheres no RS e de 10,9% e 11,3%, respectivamente, no país. No caso do RS, portanto, o desempenho dos rendimentos do segmento feminino da ocupação foi claramente superior ao do masculino.

Gráfico 1

Rendimento-hora médio real dos ocupados, total e por sexo, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2012-24



Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. Dados consolidados das primeiras entrevistas da PNAD Contínua (2012-19, 2023 e 2024) e das quintas visitas (2020-22).

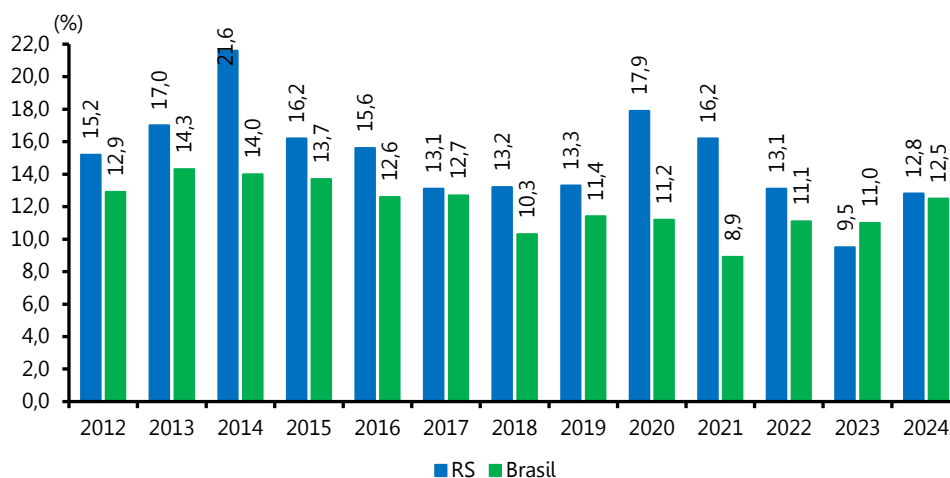
3. Rendimento-hora médio real mensal habitual do trabalho principal dos ocupados.

4. Rendimento-hora deflacionado para preços médios de 2024.

Tendo como referência a evolução dos rendimentos de homens e mulheres já esboçada, é possível ter uma noção da desigualdade entre ambos por meio do hiato de rendimento-hora real de gênero (doravante, HRG). Como se pode constatar por meio do Gráfico 2, o HRG, no RS, situou-se no seu nível máximo em 2014 (21,6%) e no nível mínimo em 2023 (9,5%). No âmbito nacional, o indicador atingiu o maior patamar em 2013 (14,3%) e o menor em 2021 (8,9%). Comparando-se o primeiro e o último ano das séries temporais, o HRG passou de 15,2% em 2012 para 12,8% em 2024 no RS e, no país, de 12,9% para 12,5%. Pode-se ainda constatar, no Gráfico 2, que o HRG foi sistematicamente mais elevado no RS, em comparação ao país, com exceção de 2023, o que revela uma situação relativamente mais adversa para o segmento feminino do mercado gaúcho no que diz respeito aos rendimentos. Ainda assim, o HRG do RS havia convergido, em 2024, para praticamente o mesmo nível do indicador no país.

Gráfico 2

Hiato do rendimento de gênero no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2012-24



Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

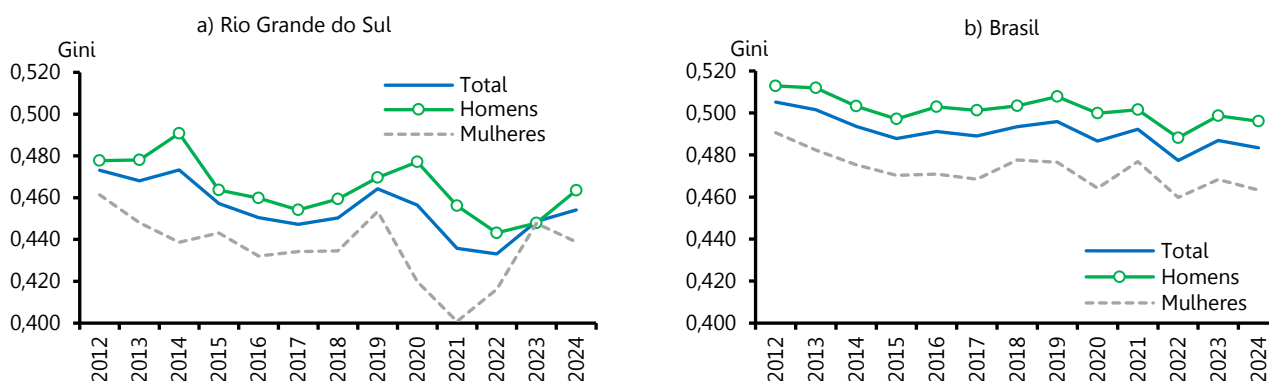
Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. Dados consolidados das primeiras entrevistas da PNAD Contínua (2012-19, 2023 e 2024) e das quintas visitas (2020-22).

No que diz respeito às tendências básicas da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho, o coeficiente de Gini⁷ do rendimento-hora real dos ocupados atingiu o nível máximo do período sob análise no RS em 2014, quando se situou em 0,4733, enquanto, no âmbito nacional, isso ocorreu em 2012, 0,5052 (Gráfico 3). Tanto no RS quanto no país, o nível mínimo do coeficiente de Gini do rendimento-hora real foi verificado em 2022, no bojo do processo de recuperação da recessão econômica provocada pela pandemia de COVID-19, em 2020, tendo o indicador declinado para 0,4331 e 0,4774 respectivamente. Chama a atenção que essa medida sumária de desigualdade, em seu nível mínimo, no país, era superior ao nível máximo ocorrido no RS, como visto há pouco. Ao final do período sob análise, o coeficiente de Gini encontrava-se em 0,4541 no RS e em 0,4835 no país, indicando, portanto, patamares inferiores de desigualdade comparativamente a 2012.

Gráfico 3

Coeficiente de Gini do rendimento-hora real dos ocupados, total e por sexo, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2012-24



Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. Dados consolidados das primeiras entrevistas da PNAD Contínua (2012-19, 2023 e 2024) e das quintas visitas (2020-22).

3. Rendimento-hora médio real mensal habitual do trabalho principal dos ocupados.

⁷ Sobre o coeficiente de Gini, ver Cowell (2011, capítulo 3) e Hoffmann, Botassio e Jesus (2019, capítulo 3).

Desagregando-se os ocupados por sexo, as séries temporais do coeficiente de Gini do rendimento-hora real revelam maior desigualdade da estrutura de rendimentos entre os homens, com uma única exceção, em 2023, no RS (Gráfico 3). No estado, identificam-se divergências entre os sexos quanto aos anos em que ocorreram os níveis máximos e mínimos do indicador sob análise: entre os homens, o maior coeficiente de Gini do rendimento-hora real foi verificado em 2014 (0,4908) e, entre as mulheres, em 2012 (0,4614); quanto ao menor coeficiente de Gini do rendimento-hora real, entre os homens, este ocorreu em 2022 (0,4432) e, entre as mulheres, em 2021 (0,4008). Em 2024, essa medida sumária de desigualdade no RS situava-se, entre os homens, em 0,4635, nível inferior ao de 2012, 0,4778; entre as mulheres, em 2024, o indicador encontrava-se em 0,4388, contra 0,4614 em 2012 — portanto, na comparação do primeiro e do último ano das séries temporais, a queda na desigualdade de rendimentos foi mais intensa no segmento feminino (-4,9%), em relação ao masculino (-3,0%). No âmbito nacional, há coincidência temporal entre os sexos quanto aos níveis máximos e mínimos do coeficiente de Gini do rendimento-hora real: o primeiro ocorreu em 2012, 0,5129 entre os homens e 0,4906 entre as mulheres, e o segundo, em 2022, 0,4882 no segmento masculino e 0,4598 no feminino (Gráfico 3). Ao final do período, o indicador situava-se em 0,4960 entre os homens e 0,4633 entre as mulheres, patamares inferiores, em ambos os casos, aos de 2012. Também no país a queda da desigualdade de rendimentos foi mais intensa entre as mulheres (-5,6%), em comparação aos homens (-3,3%).

4 Desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul: uma decomposição por níveis de educação

Nesta seção, objetiva-se analisar a desigualdade de rendimentos, por níveis de educação, no mercado de trabalho do RS, nos anos de 2012, 2018 e 2024. Para tanto, ela está organizada em duas partes: na subseção 4.1, faz-se uma breve apresentação da medida sumária adotada para analisar a desigualdade de rendimentos por níveis de educação; e, na subseção 4.2, valendo-se da propriedade do indicador selecionado de poder ser decomposto de forma aditiva, analisa-se a desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS por níveis de educação, comparando evidências de 2012, 2018 e 2024, tanto com dados totais quanto desagregados por categorias de trabalhadores formais e informais e por sexo.

4.1 Medição da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho⁸

Na seção 4 deste trabalho, adota-se outro indicador sumário para medir a desigualdade de rendimentos dos ocupados, o Desvio Médio Logarítmico (Mookherjee; Shorrocks, 1982; Hao; Naiman, 2010; Cowell, 2011, Hoffmann; Botassio; Jesus, 2019)⁹. O MLD dos rendimentos-hora reais dos ocupados (I_o) é obtido por meio da seguinte expressão¹⁰:

$$I_o = \frac{1}{n} \sum_i \log \left(\frac{\mu}{y_i} \right). \quad (1)$$

Na expressão (1), tem-se que:

n: contingente de ocupados;

μ : rendimento-hora médio real dos ocupados;

y_i : rendimento-hora real do ocupado i .

⁸ Esta subseção é uma adaptação de Bastos (2021).

⁹ Como assinalado anteriormente, o MLD, também denominado L de Theil, é um caso particular da classe de medidas Generalizadas de Entropia (Hoffmann; Botassio; Jesus, 2019; Ramos, 1990).

¹⁰ Está-se adaptando o artigo de Mookherjee e Shorrocks (1982), que trata da desigualdade de renda da população.

Como mostra Cowell (2011), o MLD tem limite zero em uma situação de perfeita igualdade de uma distribuição e tende ao infinito na situação antagônica.

O MLD tem uma propriedade fundamental para os propósitos deste trabalho, que é o de poder ser decomposto, de forma aditiva, em um componente intragrupos e outro intergrupos (Shorrocks, 1980; Mookherjee; Shorrocks, 1982; Elbers *et al.*, 2008; Hoffmann; Botassio; Jesus, 2019, capítulo 3). A sua decomposição é assim obtida (Mookherjee; Shorrocks, 1982):

$$I_o = \sum_k v_k I_o^k + \sum_k v_k \log(1/\lambda_k). \quad (2)$$

Na expressão (2), tem-se que:

v_k : parcela relativa de ocupados do grupo k no total de ocupados;

I_o^k : MLD do grupo k ; e

λ_k : rendimento-hora médio real relativo do grupo k , obtido pela divisão do rendimento-hora médio real do grupo k pelo rendimento-hora médio real do total de ocupados.

Na expressão (2), em seu lado direito, a desigualdade intragrupos corresponde ao primeiro termo, e a desigualdade intergrupos, ao segundo termo. O componente intragrupos é a soma ponderada dos MLDs dos grupos, sendo os pesos as parcelas relativas de cada grupo no total de ocupados. Quanto ao componente intergrupos, esse é determinado pelas diferenças entre os rendimentos-hora médios reais dos grupos de ocupados (Mookherjee; Shorrocks, 1982).

Como destacam Hoffmann, Botassio e Jesus (2019), o MLD deve ser reconhecido como uma medida democrática de desigualdade, uma vez que os pesos para a obtenção de seu componente intragrupos são as parcelas relativas de pessoas dos grupos na população total — no caso do trabalho ora desenvolvido, de ocupados. De acordo com esses mesmos autores, outra medida sumária que tem a propriedade de poder ser decomposta de forma aditiva, o índice T de Theil¹¹, seria uma medida não democrática de desigualdade, pois os pesos para a obtenção de seu componente intragrupos são as parcelas relativas dos grupos na massa de rendimentos total. Uma vez que se pretende analisar a influência das mudanças na estrutura dos ocupados por níveis de educação sobre a desigualdade de rendimentos, esses aspectos motivaram, conjuntamente, a escolha do MLD para o desenvolvimento deste estudo.

4.2 Decomposição da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho, por níveis de educação

Nesta subseção, objetiva-se analisar a desigualdade de rendimentos dos ocupados por níveis de educação, no Rio Grande do Sul, em 2012, 2018 e 2024, com base na medida sumária apresentada na subseção 4.1, o MLD. O MLD permite decompor a desigualdade de forma aditiva, indo ao encontro do propósito de aplicá-lo à análise da desigualdade de rendimentos dos ocupados por níveis de educação. Ademais, além de se desagregar os indicadores por sexo, também se decompõe a desigualdade por níveis de educação, em separado, para os ocupados formais e os informais, buscando comparar a importância quantitativa desse atributo sociodemográfico na determinação da desigualdade de rendimentos em cada um desses segmentos da força de trabalho ocupada.

¹¹ O índice de Theil é também denominado primeira medida de desigualdade de Theil ou T de Theil (Hoffmann; Botassio; Jesus, 2019, capítulo 3; Ramos, 1990).

Tendo o objetivo desta subseção estabelecido, os ocupados de diferentes níveis de educação foram reunidos em três grupos¹², quais sejam: baixo nível educacional (pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo, com fundamental incompleto e com fundamental completo); médio nível educacional (pessoas com médio incompleto e com médio completo); e alto nível educacional (pessoas com superior incompleto e com superior completo). Por sua vez, as categorias de ocupados foram delimitadas de maneira semelhante ao estudo do IBGE (2024)¹³: formais (empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada; trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada; empregados no setor público com carteira de trabalho assinada; militares e estatutários; empregadores que contribuem para a Previdência Social; e trabalhadores por conta própria que contribuem para a Previdência Social) e informais (empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada; empregadores que não contribuem para a Previdência Social; e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a Previdência Social).

Inicia-se a análise delineando a evolução do MLD do rendimento-hora real¹⁴ no RS, para o total de ocupados e para as categorias de trabalhadores formais e informais, em 2012, 2018 e 2024 (Tabelas 1.a e 2.a). A comparação de 2012 com 2018 revela que ocorreu queda generalizada da desigualdade de rendimentos, sendo essa de 10,0% para o total ocupados, 4,5% para os ocupados formais e, com muito mais intensidade, 24,6% para os ocupados informais. Assim, o MLD do total de ocupados passou, em 2018, para 0,3415, o dos ocupados formais, para 0,3370, e o dos ocupados informais, para 0,3085. Nessa redução generalizada da desigualdade de rendimentos, na comparação de 2012 com 2018, destaca-se a queda muito mais intensa, em termos relativos, do componente intergrupos do MLD, conforme se pode constatar por meio das evidências apresentadas na Tabela 2.a. Isso sugere que ocorreu, no período, tanto para total de ocupados quanto para os segmentos de trabalhadores formais e informais, um processo de redução das diferenças entre o rendimento-hora médio real dos ocupados de cada um dos níveis de educação e a média desse indicador no âmbito dos diferentes recortes de ocupados no RS¹⁵. Já a comparação de 2018 com 2024 mostra elevação da desigualdade de rendimentos, com variações positivas do MLD de 1,4% para o total de ocupados, 0,6% para os ocupados formais e 8,0% para os ocupados informais. Destacam-se, uma vez mais, as variações relativas do componente intergrupos do MLD, com ênfase no segmento de ocupados informais. Esse comportamento sugere, particularmente no caso dos trabalhadores informais, maior instabilidade dos rendimentos de seus diferentes níveis de educação — entre os ocupados informais, instabilidade provocada, possivelmente, pelo fato de ser um segmento cujas relações de trabalho são desregulamentadas.

Tomando-se o primeiro e o último ano do período sob análise, verifica-se redução da desigualdade de rendimentos: o MLD registrou variações negativas de 8,8% para o total de ocupados, 3,9% para os ocupados formais e 18,6% para os ocupados informais (Tabelas 1.a e 2.a). Dada a maior intensidade da queda da desigualdade nesse último segmento, o seu MLD situou-se, em 2024, em um nível levemente inferior (0,3332), em comparação ao dos ocupados formais (0,3391). Para os ocupados formais, a redução da desigualdade foi mais intensa, em termos relativos, no componente intergrupos do MLD, enquanto, para os ocupados informais, de maneira distinta, isso ocorreu no componente intragrupos.

¹² Como nesta subseção é analisada a desigualdade de rendimentos por sexo e por categorias de trabalhadores formais e informais, fez-se necessário agregar os ocupados dos sete níveis de instrução em três grupos, com o propósito de evitar que os coeficientes de variação das estimativas de interesse não ficassem demasiadamente elevados, o que comprometeria a sua precisão e, como decorrência, a sua divulgação.

¹³ O IBGE (2024) também incluiu, entre os ocupados informais, os trabalhadores familiares auxiliares. Todavia, no estudo ora desenvolvido, essa posição na ocupação não foi incluída entre os ocupados informais pelo fato de que não há informação sobre rendimentos para ela.

¹⁴ Por economia textual, doravante, sempre que se fizer referência a essa medida de desigualdade, ficará implícito que se trata do **MLD do rendimento-hora real** dos ocupados.

¹⁵ Nas Tabelas A.1 e A.2 (**Anexo estatístico**), encontram-se o rendimento-hora médio real dos ocupados no RS, por níveis de educação, sexo e categorias, em 2012, 2018 e 2024, assim como as suas taxas de variação.

Tabela 1

Desvio Médio Logarítmico do rendimento-hora real dos ocupados, total, por sexo e por categorias, e sua decomposição por níveis de educação no Rio Grande do Sul — 2012, 2018 e 2024

a) total									
ANO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos
2012	0,3794	0,2725	0,1069	0,3528	0,2442	0,1086	0,4091	0,3322	0,0769
2018	0,3415	0,2530	0,0885	0,3370	0,2442	0,0928	0,3085	0,2613	0,0472
2024	0,3462	0,2493	0,0969	0,3391	0,2426	0,0965	0,3332	0,2591	0,0741

b) homens									
ANO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos
2012	0,3869	0,2713	0,1156	0,3594	0,2446	0,1148	0,4168	0,3253	0,0915
2018	0,3545	0,2565	0,0980	0,3505	0,2477	0,1028	0,3207	0,2645	0,0562
2024	0,3609	0,2534	0,1075	0,3565	0,2486	0,1079	0,3369	0,2534	0,0835

c) mulheres									
ANO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos
2012	0,3612	0,2493	0,1119	0,3352	0,2142	0,1210	0,3925	0,3268	0,0657
2018	0,3185	0,2304	0,0881	0,3132	0,2187	0,0945	0,2892	0,2481	0,0411
2024	0,3224	0,2276	0,0948	0,3105	0,2134	0,0971	0,3270	0,2596	0,0674

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da PNAD Contínua.

2. Dados consolidados das primeiras visitas da PNAD Contínua.

3. Desvio Médio Logarítmico do rendimento-hora real habitual mensal do trabalho principal dos ocupados.

Tabela 2

Variações do Desvio Médio Logarítmico do rendimento-hora real dos ocupados, total, por sexo e por categorias, e sua decomposição por níveis de educação no Rio Grande do Sul — 2012, 2018 e 2024

a) total (%)									
PERÍODO	Total			Formal			Informal		
	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos
2012-18	-10,0	-7,2	-17,2	-4,5	0,0	-14,5	-24,6	-21,3	-38,6
2018-24	1,4	-1,5	9,5	0,6	-0,7	4,0	8,0	-0,8	57,0
2012-24	-8,8	-8,5	-9,4	-3,9	-0,7	-11,1	-18,6	-22,0	-3,6

b) homens (%)									
PERÍODO	Total			Formal			Informal		
	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos
2012-18	-8,4	-5,5	-15,2	-2,5	1,3	-10,5	-23,1	-18,7	-38,6
2018-24	1,8	-1,2	9,7	1,7	0,4	5,0	5,1	-4,2	48,6
2012-24	-6,7	-6,6	-7,0	-0,8	1,6	-6,0	-19,2	-22,1	-8,7

b) mulheres (%)									
PERÍODO	Total			Formal			Informal		
	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos	Total	Intragrupos	Intergrupos
2012-18	-11,8	-7,6	-21,3	-6,6	2,1	-21,9	-26,3	-24,1	-37,4
2018-24	1,2	-1,2	7,6	-0,9	-2,4	2,8	13,1	4,6	64,0
2012-24	-10,7	-8,7	-15,3	-7,4	-0,4	-19,8	-16,7	-20,6	2,6

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

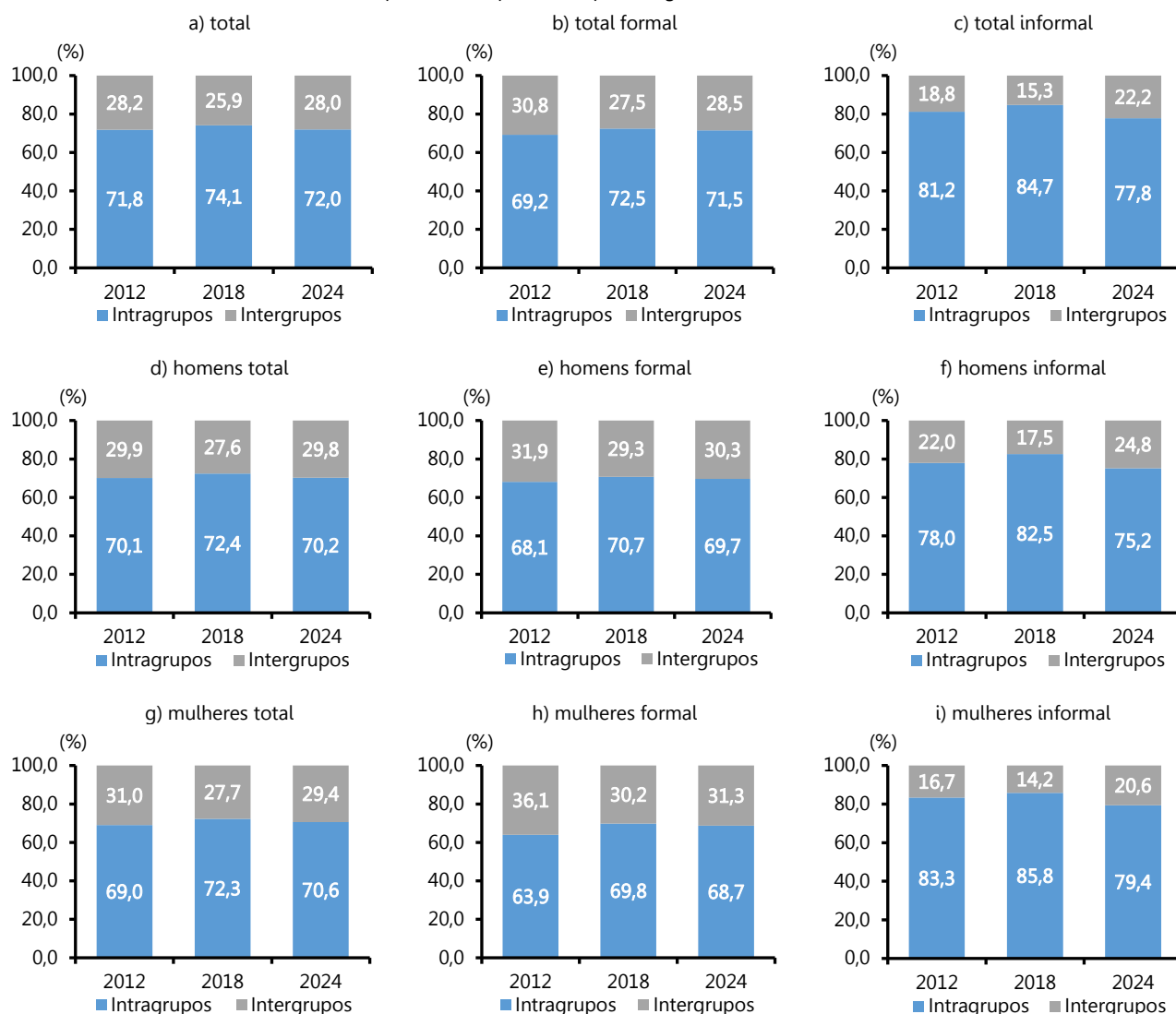
2. Dados consolidados das primeiras visitas da PNAD Contínua.

3. Desvio Médio Logarítmico do rendimento-hora real habitual mensal do trabalho principal dos ocupados.

Pode-se conhecer a evolução da importância quantitativa do componente intergrupos na decomposição por níveis de educação do MLD do total de ocupados, dos ocupados formais e dos informais, no RS, em 2012, 2018 e 2024, por meio das evidências dos Gráficos 4.a, 4.b e 4.c. Conforme se pode constatar, para o total de ocupados, a parcela relativa do componente intergrupos do MLD reduziu-se em 2018 e elevou-se em 2024, situando-se em 28,0%, nível levemente inferior ao de 2012, 28,2%. Isso revela que, tudo o mais constante, caso os ocupados dos três níveis de educação tivessem o rendimento-hora médio real equalizado, seria possível reduzir a desigualdade de rendimentos em cerca de 28,0%. Quanto aos ocupados formais, entre esses o componente intergrupos do MLD registrou queda em 2018 e aumento em 2024, quando atingiu 28,5%, parcela relativa um pouco inferior à de 2012, 30,8%. No que diz respeito aos ocupados informais, o peso relativo do componente intergrupos do MLD apresentou diminuição em 2018 e elevação em 2024, alcançando 22,2%, nível superior ao de 2012, 18,8%. Embora tenha aumentado para os ocupados informais, a parcela relativa do componente intergrupos do MLD era inferior à dos trabalhadores formais, o que indica menor importância quantitativa das diferenças dos rendimentos entre os níveis de educação para esse segmento.

Gráfico 4

Parcelas relativas dos componentes intragrupos e intergrupos na decomposição por níveis de educação do Desvio Médio Logarítmico do rendimento-hora real dos ocupados, total, por sexo e por categorias, no Rio Grande do Sul — 2012, 2018 e 2024



Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. Dados consolidados das primeiras entrevistas da PNAD Contínua.

Desagregando-se o total de ocupados por sexo, constata-se, à semelhança das evidências da seção 3, que o MLD ratifica que a desigualdade de rendimentos dos homens é mais elevada do que a das mulheres no RS, em 2012, 2018 e 2024 (Tabelas 1.b e 1.c). Para o total de ocupados, na comparação de 2012 com 2018, o MLD sofreu uma queda mais intensa entre as mulheres (-11,8%), em comparação aos homens (-8,4%) (Tabelas 2.b e 2.c). Também para o total de ocupados, quando se coteja 2018 com 2024, o MLD evidenciou variações positivas tanto para os homens (1,8%) quanto para as mulheres (1,2%). Ao se comparar o primeiro e o último ano da série temporal, esse indicador de desigualdade de rendimentos registrou queda para os homens (-6,7%, passando de 0,3869 para 0,3609) e, com maior intensidade, para as mulheres (-10,7%, passando de 0,3612 para 0,3224). Nessa última referência comparativa, entre os homens, a queda do componente intragrupos do MLD foi de 6,6%, e a do intergrupos, 7,0%; entre as mulheres, as reduções para cada um desses componentes foram de 8,7% e 15,3% respectivamente — para o segmento feminino, portanto, houve uma queda relativa mais intensa da desigualdade intergrupos, diferentemente do verificado entre os homens.

Quanto à desagregação dos ocupados no RS por sexo e categorias, na comparação de 2012 com 2018, a queda do MLD foi muito mais intensa entre os trabalhadores informais, sendo de 23,1% entre os homens e de 26,3% entre as mulheres (Tabelas 1.b, 1.c, 2.b e 2.c). Nessa referência comparativa, o componente intergrupos do MLD registrou variações relativas negativas de maior intensidade para os ocupados informais de ambos os sexos *vis-à-vis* às dos ocupados formais. Já na comparação de 2018 com 2024, constata-se que, entre os homens, houve aumento do MLD tanto dos ocupados formais (1,7%) quanto dos informais (5,1%), enquanto, entre as mulheres, o indicador se elevou somente entre os ocupados informais (13,1%), uma vez que, entre os formais, registrou uma leve oscilação negativa (-0,9%). O destaque maior na comparação de 2018 com 2024 foi a elevação do componente intergrupos do MLD dos ocupados informais, de 48,6% no segmento masculino e de 64,0% no feminino. Ao se cotejar 2012 com 2024, a queda do MLD foi maior para os ocupados informais de ambos os sexos: entre os homens, -19,2%, ante -0,8% dos formais; e, entre as mulheres, -16,7%, contra -7,4% das formais. Tal comportamento fez com que o nível do MLD dos ocupados informais de ambos os sexos se aproximasse, em 2024, ao dos ocupados formais. É possível ainda ressaltar que, para os ocupados formais de ambos os sexos, a queda do MLD se deveu, principalmente, à retração do componente intergrupos da desigualdade, enquanto, para os ocupados informais, a redução do MLD de homens e mulheres foi provocada, em ampla medida, pela queda do componente intragrupos da desigualdade¹⁶.

No que diz respeito à evolução da relevância quantitativa do componente intergrupos do MLD, em sua desagregação por sexo, no RS, no período sob análise, essa pode ser conhecida por meio do Gráficos 4.d e 4.g. Quanto ao total de ocupados, para os homens, o componente intergrupos representava 29,9% do MLD em 2012, havia declinado para 27,6% em 2018 e se elevado para 29,8% em 2024; para o total de mulheres ocupadas, nesses mesmos anos, o indicador foi de 31,0%, 27,7% e 29,4% respectivamente — ou seja, para o segmento feminino dos ocupados, na comparação do primeiro e do último ano da série temporal, ocorreu um leve declínio do componente intergrupos do MLD. Não obstante isso, tomando-se seja o primeiro, seja o último ano da série temporal, para ambos os sexos, a equalização do rendimento-hora real dos ocupados dos diferentes de níveis de educação implicaria uma queda da desigualdade de rendimentos — medida pelo MLD — em torno de 30,0% no RS.

Segmentando-se os trabalhadores de cada sexo por categorias, entre os homens, o componente intergrupos do MLD dos ocupados formais no RS passou de 31,9% em 2012 para 29,3% em 2018 e para 30,3% em 2024 (Gráfico 4.e); entre os ocupados informais do sexo masculino, nesses mesmos anos, o indicador foi de 22,0%, 17,5% e 24,8% respectivamente (Gráfico 4.f). Assim, constata-se uma leve queda da importância quantitativa do componente intergrupos do MLD para os homens que são trabalhadores formais e um claro incremento para os informais. No que se refere à segmentação das mulheres por categorias, entre as que são formais, o componente intergrupos do MLD era de 36,1% em 2012, 30,2% em 2018 e de 31,3% em 2024

¹⁶ Entre as mulheres do segmento informal, na comparação de 2012 com 2024, o componente intergrupos do MLD, em realidade, apresentou um leve aumento, de 2,6% (Tabela 2.c).

(Gráfico 4.h); entre as ocupadas informais, esse mesmo componente evoluiu de 16,7% em 2012 para 14,2% em 2018 e para 20,6% em 2024 (Gráfico 4.i). Para o segmento feminino da ocupação, portanto, ao se cotejar o primeiro e o último ano das séries temporais, os movimentos do componente intergrupos do MLD por categorias foram claramente antagônicos, com perda de importância quantitativa entre as formais e ganho entre as informais.

Como foi exposto na subseção 4.1, o componente intragrupos da decomposição do MLD é uma soma ponderada do MLD de cada grupo, cujos pesos são as suas respectivas parcelas relativas de ocupados. De acordo com o que se pode constatar através das evidências da Tabela 3, no período sob análise, houve uma tendência de aumento no RS da contribuição do nível de educação alto à formação do componente intragrupos do MLD, a qual foi correlata à elevação da sua parcela relativa na ocupação. Nesse sentido, para o total de ocupados, a contribuição do nível de educação alto à formação do componente intragrupos da desigualdade de rendimentos passou de 30,3% em 2012 para 38,2% em 2018 e 45,1% em 2024. Destaque-se que essa tendência foi coetânea ao aumento da parcela relativa de ocupados com nível de educação alto, de 21,7% em 2012 para 26,7% em 2018 e 31,1% em 2024, por um lado; por outro, percebe-se que a contribuição desse nível de educação à formação do componente intragrupos do MLD é sistematicamente superior à sua parcela relativa na ocupação, sendo o motivo para tanto que o MLD do nível de educação alto é mais elevado que os dos demais níveis de educação (consultar Tabela A.3 no **Anexo estatístico**).

Ao se segmentar os ocupados por categorias no RS, constatam-se tendências semelhantes entre os trabalhadores formais e informais na determinação do componente intragrupos do MLD, no sentido de aumento da importância quantitativa do nível de educação alto (Tabela 3). Não obstante esse fato, entre os ocupados formais, a contribuição do nível de educação alto é bem maior, 35,5% em 2012 e 51,1% em 2024, contra 21,3% e 30,6% entre os ocupados informais respectivamente. Isso se deve, em parte, ao fato que a parcela relativa de ocupados com nível de educação alto é bem mais elevada entre os ocupados formais *vis-à-vis* aos informais. Para esse segundo grupo de ocupados, ainda que em processo de queda, ao final do período, a maior contribuição à formação do componente intragrupos do MLD era a do nível de educação baixo, o qual continuava detendo a maior parcela relativa de ocupados entre os trabalhadores informais.

Analisando-se a formação do componente intragrupos da decomposição do MLD por sexo, pode-se assinalar que a contribuição do nível de educação alto é mais elevada entre as mulheres, comparativamente aos homens: para as primeiras, essa contribuição foi de 35,8% em 2012 e 52,1% em 2024, enquanto, para os segundos, o indicador foi de 26,4% e 39,9% respectivamente (Tabela 3). Para essa diferença, concorre o fato de que a parcela relativa de ocupados com nível de educação alto é mais elevada entre as mulheres (27,7% em 2012 e 37,5% em 2024), em comparação aos homens (17,3% em 2012 e 26,0% em 2024). Na desagregação por sexo e categorias, entre as ocupadas formais, em 2012, a contribuição do nível de educação alto já era a maior na determinação do componente intragrupos do MLD (44,3%), enquanto, para o congêneres masculino, essa posição pertencia ao nível de educação baixo (35,7%). Em 2024, a contribuição do nível de educação alto para a formação do componente intragrupos do MLD dos ocupados formais, entre as mulheres, havia-se ampliado para 61,4% e, entre os homens, para 44,5%. Subjacente a essas diferenças entre os sexos estão os tamanhos das parcelas relativas de ocupados formais de nível de educação alto: entre as mulheres, esse grupo avançou de 31,8% em 2012 para 42,9% em 2024 e, entre os homens, de 19,7% para 28,3% — assim, em 2012, as mulheres já tinham uma parcela relativa de ocupados com nível de educação alto superior à dos homens em 2024. No que diz respeito à segmentação por sexo dos trabalhadores informais, a contribuição do nível de educação baixo à formação do componente intragrupos do MLD é a de maior tamanho, tanto para homens quanto para mulheres, mas com tendência de queda ao longo do tempo. Nesse sentido, entre os homens, essa contribuição passou de 61,0% em 2012 para 43,6% em 2024 e, entre as mulheres, de 48,2% para 36,3%. Como se constata, ambas foram correlatas à retração das parcelas relativas de ocupados informais de nível de educação baixo: no segmento masculino, de 65,4% em 2012 para 43,6% em 2024 e, no feminino, de 52,6% para 36,2% em 2024.

Tabela 3

Contribuição à formação do componente intragrupos do Desvio Médio Logarítmico do rendimento-hora real e parcelas relativas de ocupados, total, por sexo, por categorias e níveis de educação, no Rio Grande do Sul — 2012, 2018 e 2024

a) ano de 2012

(%)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL								
	Total			Formal			Informal		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Contribuição	39,2	30,5	30,3	29,9	34,6	35,5	55,1	23,6	21,4
Ocupados	43,7	34,6	21,6	36,8	38,4	24,8	60,0	25,7	14,3

DISCRIMINAÇÃO	HOMENS								
	Total			Formal			Informal		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Contribuição	44,9	28,7	26,4	35,7	34,0	30,3	61,0	19,3	19,7
Ocupados	49,7	33,0	17,3	43,1	37,2	19,7	65,4	23,1	11,5

DISCRIMINAÇÃO	MULHERES								
	Total			Formal			Informal		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Contribuição	31,9	32,3	35,8	21,4	34,3	44,3	48,2	29,7	22,1
Ocupados	35,4	36,9	27,7	28,0	40,2	31,8	52,6	29,1	18,3

b) ano de 2018

(%)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL								
	Total			Formal			Informal		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Contribuição	28,7	33,1	38,2	22,7	34,4	42,9	44,1	30,6	25,3
Ocupados	36,1	37,2	26,7	30,8	39,5	29,7	50,3	31,1	18,6

DISCRIMINAÇÃO	HOMENS								
	Total			Formal			Informal		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Contribuição	34,5	32,4	33,1	28,9	34,5	36,6	50,1	26,8	23,1
Ocupados	41,8	36,3	21,9	37,0	38,9	24,1	55,2	28,9	15,9

DISCRIMINAÇÃO	MULHERES								
	Total			Formal			Informal		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Contribuição	20,2	34,4	45,4	13,1	34,1	52,8	36,5	36,4	27,1
Ocupados	28,7	38,3	33,0	22,4	40,2	37,4	44,3	33,8	21,9

c) ano de 2024

(%)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL								
	Total			Formal			Informal		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Contribuição	23,7	31,2	45,1	17,0	31,9	51,1	39,6	29,8	30,6
Ocupados	27,3	41,6	31,1	21,9	43,5	34,6	41,5	36,5	22,0

DISCRIMINAÇÃO	HOMENS								
	Total			Formal			Informal		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Contribuição	27,2	32,9	39,9	20,7	34,8	44,5	43,6	29,1	27,3
Ocupados	31,9	42,1	26,0	26,7	45,0	28,3	46,3	34,1	19,6

DISCRIMINAÇÃO	MULHERES								
	Total			Formal			Informal		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Contribuição	19,6	28,3	52,1	11,1	27,5	61,4	36,3	30,0	34,7
Ocupados	21,6	40,9	37,5	15,5	41,6	42,9	36,2	39,2	24,6

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. Dados consolidados das primeiras entrevistas da PNAD Contínua.

3. A descrição dos níveis de educação baixo, médio e alto se encontra na subseção 4.2.

Entre outros aspectos, os resultados desta subseção revelam que o componente intergrupos na decomposição por níveis de educação do MLD do rendimento-hora real dos ocupados no RS representava, tanto em 2012 quanto em 2024, cerca de 28,0% da desigualdade total. Essa parcela relativa é inferior àquela encontrada no estudo de Reis e Paes de Barros (1990) para os empregados de nove RMs do país no período 1976-86, assim como no de Bastos (2021) para a RMPA de 1995 a 2017 e no de Bastos (2020) para o RS de 2012 a 2019. Ela está, todavia, muito próxima do tamanho da parcela relativa do componente intergrupos na decomposição por níveis de educação do T de Theil dos rendimentos dos ocupados no país, para o período de 1992 a 1997, do estudo de Ramos e Vieira (2000)¹⁷.

5 Considerações finais

Este estudo realizou uma análise da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS, no período de 2012 a 2024. De acordo com as suas evidências, o rendimento-hora médio real dos ocupados no estado, não obstante tenha oscilado ao longo do período, situava-se, em 2024, 14,7% acima de seu nível em 2012. Esse desempenho foi superior ao do país, pois, na mesma referência comparativa, o indicador registrou variação positiva de 10,8%. Embora as trajetórias do rendimento-hora médio real dos ocupados tenham sido semelhantes entre os sexos no RS, na comparação de 2012 com 2024, a *performance* do indicador no segmento feminino foi mais favorável do que no masculino. Como decorrência, ocorreu queda no hiato de rendimento de gênero, de 15,2% em 2012 para 12,8% em 2024. Tal processo não se verificou no plano nacional, de modo que, em 2024, o hiato de rendimento de gênero no RS se aproximou ao registrado no país.

No que diz respeito às tendências básicas da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS, foi mostrado que o coeficiente de Gini do rendimento-hora real dos ocupados estava em seu nível máximo em 2014 e no mínimo em 2022. Tomando-se o primeiro e o último ano da série temporal, essa medida sumária de desigualdade evidenciou queda no RS, de 0,4731 para 0,4541. Foi também destacado que o coeficiente de Gini do rendimento-hora real do RS em 2014, em seu nível máximo, era inferior ao mínimo do país em 2022, demonstrando que o estado convive com menores níveis de desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho em relação à média nacional. O trabalho corroborou as evidências de outro estudo (Bastos, 2020), de que a desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS — quando medida pelo coeficiente de Gini — é mais elevada entre os homens do que entre as mulheres. Afora esse aspecto, o indicador, na comparação de 2012 com 2024, evidenciou redução um pouco mais intensa da desigualdade entre as mulheres, comparativamente aos homens, tendência compartilhada com a verificada no plano nacional.

Para avançar no conhecimento da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS, o estudo valeu-se de outra medida sumária, o MLD. Essa escolha foi motivada pela propriedade de esse indicador poder ser decomposto de forma aditiva, o que foi ao encontro do propósito de aplicá-lo à análise da desigualdade de rendimentos por níveis de educação dos ocupados. De 2012 a 2018, o MLD do rendimento-hora real evidenciou queda em todos os âmbitos de análise do estudo — ou seja, para os dados agregados, para as categorias de trabalhadores formais e informais e para homens e mulheres. Nessa referência comparativa, a desigualdade de rendimentos registrou redução mais intensa entre as mulheres e entre os trabalhadores informais. A decomposição do MLD por níveis de educação revelou que a queda da desigualdade de rendimentos no período foi provocada, principalmente, pela redução do componente intergrupos, indicando diminuição nas diferenças do rendimento-hora médio real entre os níveis de educação. Já na comparação de

¹⁷ A comparação com as evidências de Muszyńska e Wędrowska (2023), apresentadas na seção 2, deve ser feita com cautela, uma vez que as autoras decomposaram por níveis de educação o MLD da renda disponível equalizada, ou seja, a sua unidade de análise da desigualdade não estava circunscrita aos rendimentos do trabalho. De qualquer forma, dos 14 países europeus estudados, Portugal detinha, em 2018, o componente intergrupos do MLD que correspondia à maior parcela relativa da desigualdade total, 25,0%, sendo essa um pouco inferior àquela verificada no RS, no mesmo ano, 25,9% (ver Gráfico 4).

2018 com 2024, houve uma inflexão no comportamento do MLD, com o aumento da desigualdade de rendimentos em praticamente todos os âmbitos de análise, sendo essa mais intensa entre os trabalhadores informais e entre os homens e determinada, principalmente, pela elevação do componente intergrupos da desigualdade.

Quando se comparou o primeiro e o último ano da série temporal, o MLD confirmou queda na desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS, no que houve convergência com o comportamento do coeficiente de Gini do rendimento-hora real. Para o total de ocupados, a decomposição do MLD por níveis de educação revelou intensidade levemente superior de redução dos componente intergrupos da desigualdade. Com isso, a importância quantitativa da parcela relativa do componente intergrupos na desigualdade de rendimentos do RS passou de 28,2% em 2012 para 28,0% em 2025. Esse resultado está bastante próximo do encontrado por Ramos e Vieira (2000) na decomposição por níveis de educação do índice T de Theil dos rendimentos dos ocupados para o país nos anos 90. Ainda para o total de ocupados, na mesma referência comparativa, a queda da desigualdade de rendimentos foi mais intensa entre os trabalhadores informais. Enquanto, para os trabalhadores formais, a redução da desigualdade de rendimentos foi determinada principalmente pelo componente intergrupos na decomposição do MLD por níveis de educação, entre os informais isso se deu via componente intragrupos. Assim, ao se cotejar 2012 com 2024, a parcela relativa do componente intergrupos na desigualdade de rendimentos dos ocupados formais recuou de 30,8% para 28,5% e, entre os informais, aumentou de 18,8% para 22,2%.

No recorte por sexo, também na comparação do primeiro e do último ano da série temporal, a queda na desigualdade de rendimentos dos ocupados foi mais intensa para as mulheres do RS. Para elas, a redução da desigualdade de rendimentos sob a ótica da decomposição do MLD por níveis de educação foi determinada principalmente pelo componente intergrupos, enquanto, para os homens, a intensidade da queda de ambos os componentes da decomposição foi bastante próxima. Nesse sentido, a parcela relativa do componente intergrupos da desigualdade de rendimentos evidenciou uma leve queda entre as mulheres, de 31,0% para 29,4%, enquanto, entre os homens, pouco se alterou, passando de 29,9% para 29,8%. Quanto à segmentação por categorias de trabalhadores formais e informais, a queda da desigualdade de rendimentos no primeiro segmento foi mais intensa entre as mulheres e no segundo entre os homens. Para os trabalhadores formais, a decomposição do MLD por níveis de educação revelou maior redução do componente intergrupos da desigualdade de rendimentos para ambos os sexos e, para os informais, do componente intragrupos. Com isso, para os ocupados formais de ambos os sexos, houve redução da parcela relativa do componente intergrupos na desigualdade de rendimentos, e, para os ocupados informais, elevação.

Por fim, o estudo evidenciou crescimento da contribuição do nível de educação alto à formação do componente intragrupos do MLD dos rendimentos dos ocupados no RS. Isso se deveu, por um lado, à mudança na estrutura dos ocupados, com o aumento da parcela relativa daqueles com nível de educação alto, e, por outro, ao fato de que esse mesmo grupo registrava a maior desigualdade de rendimentos. Assim, para o total de ocupados, a contribuição do nível de educação alto à formação do componente intragrupos da desigualdade de rendimentos elevou-se de 30,3% em 2012 para 45,1% em 2024; entre os homens, de 26,4% para 39,9%; e, entre as mulheres, de 35,8% para 52,1%. Essa tendência também se manifestou nas categorias de trabalhadores formais e informais, não obstante, entre os últimos, ao final do período, o grupo de ocupados com nível de educação baixo continuasse mantendo a maior contribuição à formação do componente intragrupos da desigualdade de rendimentos.

Referências

ANAND, S. *Inequality and poverty in Malaysia: measurement and decomposition*. Oxford: OUP, 1983.

BASTOS, R. **Desigualdade de rendimentos dos empregados do Rio Grande do Sul**: análise exploratória do período 2012-19. Porto Alegre: DEE/SPGG, 2020. (Textos para discussão n. 1). Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202210/31164704-texto-para-discussao-n-1.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BASTOS, R. **O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul durante a pandemia de COVID-19, em 2020, com ênfase em aspectos da desigualdade de rendimentos**. Porto Alegre: DEE/SPGG, 2022. (Textos para discussão n. 5). Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202210/31164708-td-5-o-mercado-de-trabalho-do-rio-grande-do-sul-durante-a-pandemia-de-covid-19-em-2020-com-ênfase-em-aspectos-da-desigualdade-de-rendimentos.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.

BASTOS, R. Tendências da desigualdade salarial na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma abordagem metodológica quantitativa. **Revista da ABET**. João Pessoa: ABET, v. 20, n. 1, p. 189-207, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/48826/33898>. Acesso em: 13 set. 2021.

BLAU, F.; KAHN, L. Women's work and wages. In: DARLAUF, S.; BLUME, L. (eds.). **The new Palgrave dictionary of economics**. London: Palgrave Macmillan, 2008.

BOURGUIGNON, F. Decomposable inequality measures. **Econometrica**. New Jersey: John Wiley and Sons, v. 47, n. 4, p. 901-920, 1979.

BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADcIBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADcIBGE/index.html>. Acesso em: 1.º fev. 2024.

CEPAL. **Panorama social de América Latina 2021**. Santiago: CEPAL, 2022. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47718/1/S2100655_es.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

COWELL, F. **Measuring inequality**. Oxford: OUP, 2011.

ELBERS, C.; LANLOUW, P.; MISTIAEN, J.; ÖZLER, B. Reinterpreting between-group inequality. **Journal of Economic Inequality**. New York: Springer, v. 6, p. 231-245, 2008.

GREGORY, M. Gender and economic inequality. In: SALVERDA, W.; NOLAN, B.; SMEEDING, T. (eds.). **The Oxford handbook of economic inequality**. Oxford: OUP, 2009.

HAO, L.; NAIMAN, D. **Assessing inequality**. New York: Sage Publishing, 2010.

HOFFMANN, H.; BOTASSIO, D.; JESUS, J. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. São Paulo: Edusp, 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita. Acesso em: 12 maio 2025.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Rendimentos de todas as fontes 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2025b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102174_informativo.pdf. Acesso em: 8 maio 2025.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 3 dez. 2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2024.

IBGE. **Sistema de contas nacionais trimestrais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 7 mar. 2025.

ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020

ILO. **Women and men in the informal economy**: a statistical picture. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

JAUME, D. The labor market effects of an educational expansion: an application to Brazil. In: JAUME, D. **Essays on education and labor markets in Latin America**. Ithaca: Cornell University, 2018. Disponível em: <https://ecommons.cornell.edu/server/api/core/bitstreams/e5e85f43-6262-4dd8-a99a-229e55f499cf/content>. Acesso em: 2 jun. 2025.

LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.

MENEZES-FILHO, N.; KIRSCHBAUM, C. Educação e desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, M. (Org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

MOOKHERJEE, D.; SHORROCKS, A. A decomposition analysis of the trend in UK income inequality. **The Economic Journal**. New Jersey: John Wiley and Sons, v. 92, n. 368, p. 886-902, 1982.

MUSZYŃSKA, J; WĘDROWSKA, E. Does education affect income inequality? A comparative review of fourteen european countries. **Economy of Regions**. Ekaterinburg: Institute of Economics of the Ural Branch of the Russian Academy of Sciences, v. 19, n. 2, p. 397-409, 2023. Disponível em: <https://economyofregions.org/ojs/index.php/er/article/view/608>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MUSZYŃSKA, J; WĘDROWSKA, E. Role of age and education as the determinant of income inequality in Poland: decomposition of the mean logarithmic deviation. **Entropy**. Basel: MDPI, v. 24, n. 6, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1099-4300/24/6/773>. Acesso em: 27 jan. 2024.

OIT. **Panorama laboral 2020**: América Latina y el Caribe. Lima: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_764630.pdf. Acesso em: 17 dez. 2020.

OIT. **Panorama laboral 2021**: América Latina y el Caribe. Lima: OIT, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_836196.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

OLIVEIRA, L. **Evolução da graduação presencial no Rio Grande do Sul**: tendências, desigualdades e desafios. Porto Alegre: DEE/SPGG, 2025. Disponível em: <https://admin.dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202508/19114400-nt-112-ensino-superior-presencial-livro.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PESSOA, D.; DAMICO, A.; JACOB, G. **Package convey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/convey/index.html>. Acesso em: 16 out. 2024.

RAMOS, L. Interpretando variações nos índices de desigualdade de Theil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, v. 20, n. 3, p. 479-488, 1990.

RAMOS, L.; VIEIRA, M. Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. In: HENRIQUES, R. (Org.) **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

REIS, J.; PAES DE BARROS, R. Desigualdade salarial e distribuição de educação: evolução das diferenças regionais no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, v. 20, n. 3, p. 415-478, 1990.

RIO GRANDE DO SUL. **Produto interno bruto trimestral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: DEE/SPGG, 2025. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 8 abr. 2025.

SHORROCKS, A. The class of additively decomposable inequality measures. **Econometrica**. New Jersey: John Wiley and Sons, v. 48, n. 1, p. 613-625, 1980.

TOKMAN, V. **Una voz en el camino** – empleo y equidad en América Latina: 40 años de búsqueda. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

ULYSSEA, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura**. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para Discussão n. 1070.)

Anexo estatístico

Tabela A.1

Rendimento-hora médio real dos ocupados, total, por sexo, por categorias e níveis de educação, no Rio Grande do Sul — 2012, 2018 e 2024

a) total

(R\$)

ANO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012	11,86	15,08	36,37	12,51	15,46	37,67	10,94	13,76	31,11
2018	12,37	15,45	33,47	12,98	16,05	35,50	11,39	13,45	24,90
2024	12,96	15,37	35,48	13,83	15,74	36,78	11,78	14,23	30,12

b) homens

(R\$)

ANO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012	12,79	17,10	43,54	13,58	17,68	44,79	11,56	14,91	38,49
2018	13,29	16,93	39,18	13,94	17,68	41,55	12,09	14,12	29,10
2024	13,77	16,90	41,22	14,92	17,26	43,18	11,92	15,58	33,35

c) mulheres

(R\$)

ANO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012	10,05	12,57	30,17	10,21	12,59	31,51	9,86	12,50	24,73
2018	10,59	13,59	28,43	10,79	13,88	30,15	10,33	12,74	21,20
2024	11,47	13,39	30,46	11,38	13,58	31,24	11,57	12,91	27,21

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. Dados consolidados das primeiras entrevistas da PNAD Contínua.

3. Rendimento-hora médio real mensal habitual do trabalho principal dos ocupados.

4. Rendimento-hora médio deflacionado para preços médios de 2024.

5. A descrição dos níveis de educação baixo, médio e alto encontra-se na subseção 4.2.

Tabela A.2

Variações do rendimento-hora médio real dos ocupados, total, por sexo, por categorias e níveis de educação, no Rio Grande do Sul — 2012, 2018 e 2024

a) total

(%)

PERÍODO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012-18	4,3	2,5	-8,0	3,8	3,8	-5,8	4,1	-2,3	-20,0
2018-24	4,8	-0,5	6,0	6,5	-1,9	3,6	3,4	5,8	21,0
2012-24	9,3	1,9	-2,4	10,6	1,8	-2,4	7,7	3,4	-3,2

b) homens

(%)

PERÍODO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012-18	3,9	-1,0	-10,0	2,7	0,0	-7,2	4,6	-5,3	-24,4
2018-24	3,6	-0,2	5,2	7,0	-2,4	3,9	-1,4	10,3	14,6
2012-24	7,7	-1,2	-5,3	9,9	-2,4	-3,6	3,1	4,5	-13,4

c) mulheres

(%)

PERÍODO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012-18	5,4	8,1	-5,8	5,7	10,2	-4,3	4,8	1,9	-14,3
2018-24	8,3	-1,5	7,1	5,5	-2,2	3,6	12,0	1,3	28,3
2012-24	14,1	6,5	1,0	11,5	7,9	-0,9	17,3	3,3	10,0

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. Dados consolidados das primeiras entrevistas da PNAD Contínua.

3. Rendimento-hora médio real mensal habitual do trabalho principal dos ocupados.

4. Rendimento-hora médio deflacionado para preços médios de 2024.

5. A descrição dos níveis de educação baixo, médio e alto encontra-se na subseção 4.2.

Tabela A.3

Desvio Médio Logarítmico do rendimento-hora real dos ocupados, total, por sexo, por categorias e níveis de educação, no Rio Grande do Sul — 2012, 2018 e 2024

a) total

ANO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012	0,2446	0,2397	0,3811	0,1987	0,2198	0,3497	0,3053	0,3045	0,4940
2018	0,2008	0,2254	0,3623	0,1802	0,2124	0,3528	0,2290	0,2573	0,3555
2024	0,2163	0,1872	0,3613	0,1883	0,1780	0,3579	0,2475	0,2118	0,3598

b) homens

ANO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012	0,2455	0,2359	0,4133	0,2027	0,2237	0,3757	0,3039	0,2712	0,5564
2018	0,2120	0,2292	0,3867	0,1932	0,2200	0,3761	0,2405	0,2449	0,3837
2024	0,2162	0,1983	0,3884	0,1928	0,1923	0,3908	0,2386	0,2162	0,3531

c) mulheres

ANO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012	0,2243	0,2186	0,3219	0,1634	0,1830	0,2984	0,2996	0,3331	0,3945
2018	0,1624	0,2072	0,3166	0,1283	0,1857	0,3079	0,2043	0,2675	0,3071
2024	0,2060	0,1576	0,3163	0,1535	0,1412	0,3050	0,2601	0,1986	0,3561

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. Dados consolidados das primeiras entrevistas da PNAD Contínua.

3. Desvio Médio Logarítmico do rendimento-hora real mensal habitual do trabalho principal dos ocupados.

4. A descrição dos níveis de educação baixo, médio e alto encontra-se na subseção 4.2.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Tabela A.4

Variações do Desvio Médio Logarítmico do rendimento-hora real dos ocupados, total, por sexo, por categorias e níveis de educação, no Rio Grande do Sul — 2012, 2018 e 2024

a) total

(%)

PERÍODO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012-18	-17,9	-6,0	-4,9	-9,3	-3,4	0,9	-25,0	-15,5	-28,0
2018-24	7,7	-16,9	-0,3	4,5	-16,2	1,4	8,1	-17,7	1,2
2012-24	-11,6	-21,9	-5,2	-5,2	-19,0	2,3	-18,9	-30,4	-27,2

b) homens

(%)

PERÍODO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012-18	-13,6	-2,8	-6,4	-4,7	-1,7	0,1	-20,9	-9,7	-31,0
2018-24	2,0	-13,5	0,4	-0,2	-12,6	3,9	-0,8	-11,7	-8,0
2012-24	-11,9	-15,9	-6,0	-4,9	-14,0	4,0	-21,5	-20,3	-36,5

c) mulheres

(%)

PERÍODO	TOTAL			FORMAL			INFORMAL		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
2012-18	-27,6	-5,2	-1,6	-21,5	1,5	3,2	-31,8	-19,7	-22,2
2018-24	26,8	-23,9	-0,1	19,6	-24,0	-0,9	27,3	-25,8	16,0
2012-24	-8,2	-27,9	-1,7	-6,1	-22,8	2,2	-13,2	-40,4	-9,7

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da PNAD Contínua.

2. Dados consolidados das primeiras entrevistas da PNAD Contínua.

3. Desvio Médio Logarítmico do rendimento-hora real mensal habitual do trabalho principal dos ocupados.

4. A descrição dos níveis de educação baixo, médio e alto encontra-se na subseção 4.2.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL